

**ENTRE MARX E KEYNES:** nem restauração capitalista, nem endividamento público - por uma saída anticapitalista

**José Menezes Gomes**

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

**ENTRE MARX E KEYNES:** nem restauração capitalista, nem endividamento público - por uma saída anticapitalista

**Resumo:** O presente texto trata da relação entre a ocorrência da crise capitalista, o impasse na reprodução da propriedade privada e a intervenção estatal deficitária como agente anticíclico e a amplificação da dívida pública. Analisa a ocorrência da crise capitalista de 1929 e a Depressão dos anos 30, a introdução das políticas keynesianas e seus gastos militares, que levaram à recuperação capitalista e definiram as bases dos chamados "trinta gloriosos" do pós-guerra. Destaca o retorno da crise na metade dos anos 70, a introdução do neoliberalismo até a ocorrência da crise capitalista mundial de 2008 e o retorno da intervenção estatal na salvação de grandes empresas e bancos. Por último, afirma que a intervenção estatal para tentar contornar tal crise acaba por amplificá-la ainda mais, além de ampliar a dívida, deteriorando, também as condições de vida da classe trabalhadora. Por esse motivo, defende: nem restauração capitalista, nem endividamento público. Por uma saída anticapitalista.

**Palavras-chave:** Crise capitalista, intervenção estatal, endividamento público.

**BETWEEN MARX AND KEYNES:** neither public debt, neither capitalist restoration - to retirement anti - capitalist

**Abstract:** This text deals the relationship between the occurrence of the capitalist crisis, the predicament in the reproduction of private property and state intervention as an agent countercyclical deficit and public debt amplification. In other words, we analyze the occurrence of the capitalist crisis of 1929 and the Depression of the 30s, the introduction of Keynesian policy and military spending, which led to capitalist recovery and defined bases of so-called "thirty glorious years" of the postwar period. Then we highlight the return of the crisis in the mid 70s, the introduction of neoliberalism to the occurrence of the global capitalist crisis of 2008 and the return of state intervention in saving large companies and banks. Finally, we affirm that state intervention to try to overcome this crisis ends by amplify it further, besides expand the debt, deteriorating more and more the living conditions of the working class. For this reason we defend, neither capitalist restoration or public debt. For an anti-capitalist resort.

**Key words:** Capitalist crisis, state intervention, the public debt.

Recebido em: 08.11.2010. Aprovado em: 16.06.2011.

## 1 INTRODUÇÃO

A mesa entre Marx (1987) e Keynes (1983): a restauração capitalista ou endividamento público é bastante provocativa, pois nos remete à reflexão sobre o ônus que recai sobre o Estado capitalista logo após a ocorrência da crise, tendo em vista que a retomada da reprodução capitalista só se dá após a intervenção deficitária deste Estado. Isto se deve ao fato de que a destinação produtiva da riqueza capitalista não se dá por ser algo inerente ao capitalista desenvolver as forças produtivas, mas motivada por uma determinada taxa de lucro.

Destacaremos neste momento que durante uma fase do desenvolvimento capitalista a grande maioria dos economistas defendia como verdade absoluta a Lei de say, onde toda oferta gerava sua demanda, assegurando um mercado autorregulável. Com a crise de 1929 e a depressão dos anos 30 a teoria keynesiana assumiu uma quase unanimidade como forma de combate à chamada imperfeição do mercado. Neste momento, “todos eram keynesianos”. A crescente intervenção do Estado, em especial os gastos miliares, levou ao fim a depressão dos anos 30 e da mesma forma, determina os fundamentos dos “trinta gloriosos” do pós-guerra. Esta etapa se encerra com a retomada da crise capitalista na metade dos anos 70, devido a queda da taxa de lucro, juntamente com o fim da convertibilidade do dólar em 1971 e a aceleração da crise fiscal e financeira do Estado capitalista e a expansão do Euromercado de moedas.

A crise do dólar, adicionada às dificuldades de rolagem da dívida pública, devido a crescente inflação e a queda dos ganhos reais dos títulos públicos, acabaram por levar a política dos juros altos no início dos anos 80, nos EUA. Buscando contrapor a crise capitalista, tem início a fase neoliberal. Neste momento começa um processo de acelerada especulação nas bolsas de valores e nos títulos públicos. Agora quase todos os economistas eram neoliberais, defendendo as privatizações, a reforma do Estado e priorizando o pagamento das respectivas dívidas públicas, expandidas em grande parte devido às ações deficitárias do Estado na fase anterior. Da mesma forma que quase todos os economistas defenderam a desregulamentação financeira quase todos, após a crise de 2008, passaram a atribuir a sua ocorrência à causa da crise. Alan Greenspan,

ex - presidente do Banco Central dos EUA - FED, durante a fase áurea do neoliberalismo era considerado um gênio das finanças, em seguida foi culpado pela queda da taxa de juros que teria gerado as seguidas bolhas no mercado de ações. Com isso se encobre todas as reais determinantes das contradições capitalistas que resultam na crise capitalista, atribuindo aos operadores da política monetária a sua responsabilidade. Retira-se do objeto de análise o fundamental do capitalismo revelado pela economia política crítica. Todavia, mesmo que quase todas as propostas neoliberais tenham sido implementadas pelos agentes privados e estatais o desdobramento deste processo foi a crise de 2008 e a massiva intervenção estatal para salvar bancos e grandes empresas. Agora, quase todos voltaram a ser keynesianos, mesmo os maiores representantes do pensamento neoliberal, como Martin Wolf do Financial Times.

## 2 OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA RESTAURAÇÃO CAPITALISTA: da grande depressão aos “Trinta Gloriosos”

Para entendermos os efeitos da crise atual e a eficácia da chamada política keynesiana e sua implicação sobre o Estado capitalista necessitamos fazer uma reconstituição dos elementos fundamentais da trajetória da relação Estado / economia desde os anos 30. Inicialmente partiremos dos efeitos da crise de 1929. A depressão, iniciada em 1929, tinha gerado uma queda continuada do PIB (1930: -8,6%; 1931: -6,4%; 1932<sup>1</sup>: -13%; 1933: -1,4). Essa crise foi resultado de uma acumulação excessiva de capitais, verificada principalmente nos setores de duráveis dos Estados Unidos, quando a produção de carros, que no início dos anos 1920 era de 2,7 milhões, alcançou a fantástica cifra de 5,3 milhões de unidades em 1929. Com a contração da lucratividade desse setor, o dinheiro foi procurar lucro nas bolsas. (CAMPOS, 2001, p. 296 apud GOMES, 2005)<sup>2</sup>.

Quando a “eficácia” do *new deal* de Roosevelt começava a baixar (em 1938, o PIB foi -3,5%) teve início a Segunda Guerra, que possibilitou, em seis anos, um crescimento de 105%. O *new deal* propriamente gerou um crescimento de 43,5% nos quatro anos. De 1950 a 1953 houve nova expansão, com crescimento de 27% em quatro anos. De 1954 a 1958 ocorreu uma fase de baixo crescimento. A produção de carros, que despencou dos 5,3 milhões em 1929 para 0,7 milhão em 1943,

atingiu o perigoso montante de 7 milhões em 1957 nos Estados Unidos. Ao contrário do período anterior, houve o transplante de parte da capacidade produtiva excedente para a periferia, impulsionando mais um novo momento do processo de globalização. Com isso, o Brasil, o México, a Argentina e a Coréia do Sul transformaram-se em economias hospedeiras do capital sobreacumulado no setor de luxo dos países industrializados, a partir dos custos bancados pelos Estados subdesenvolvidos, garantindo o lucro do sistema transplantado. (CAMPOS, 2001, p. 299). Se após o imediato pós-guerra os Estados Unidos passaram por curto período de auge e crise, de 1959 até 1970 foram 12 anos de crescimento acumulado em 90%.

De várias formas, o capital estatal foi decisivo para a constituição de grandes indústrias na produção de armas em grande escala e, em especial, do setor aeronáutico:

Os dirigentes dessas empresas não são capitalistas típicos; o Estado é seu cliente exclusivo; fornece-lhes o essencial do seu financiamento e uma parte importante do seu trabalho de pesquisa e desenvolvimento técnico. (PERLO, 1976, p. 20).

A Boeing Airplane, maior fabricante de bombardeiros naquela fase, de um capital total de US\$ 203 milhões tinha apenas US\$ 50 milhões de capital próprio; os US\$ 153 milhões restantes pertenciam ao Estado. (PERLO, 1976, p. 20). De julho de 1940 até agosto de 1945, fábricas e estaleiros estadunidenses produziram quase 300 mil aviões, 86 mil tanques, 3 milhões de metralhadoras, 71 mil navios, além de mais aço, petróleo e alumínio. (ISRAEL, 1987).

A conversão de monopólio estatal em monopólio privado se intensificou com a entrega a grupos privados de parte do grande complexo industrial militar construído pelo governo estadunidense para acelerar o fornecimento de produtos necessários às fábricas de armamentos. Segundo Perlo (1976, p. 28), nos anos de paz as fábricas de aço estatais foram vendidas com prejuízo. A U. S. Steel, principal compradora (2/3 da capacidade total colocada à venda), pagou US\$ 47,5 milhões, quando o Estado tinha investido US\$ 200 milhões na sua implantação. Assim, após uma etapa de profunda estatização da economia sobreveio, em seguida, uma grande marcha de privatização. Outro fato que, na Segunda

Guerra, contribuiu para a acumulação de capital foi o acordo realizado entre a Federação Estadunidense do Trabalho e as organizações patronais da indústria, em dezembro de 1941, assegurando ao presidente Roosevelt que os trabalhadores abririam mão do direito de greve enquanto durasse a guerra. (HUBERMAN, 1987, p. 316). O complexo industrial - militar nasce inicialmente estatal e progressivamente vai sendo privatizado.

Nos dez anos seguintes (1971-1980), que compreendem o início da crise do acordo de Bretton Woods e da economia estadunidense até início da política econômica de Reagan, a expansão foi de apenas 29%. Nos vinte anos seguintes, entre 1981 e 2000, cresceu somente 90%. Tal fato torna-se mais revelador quando o comparamos com o crescimento de 45% dos quatro anos do *new deal* e o de 105% durante a Segunda Guerra. O papel da guerra foi maior do que na fase do *new deal*, quando havia intervenção estatal aberta, ou seja, a guerra possibilitou uma intervenção estatal maior que a intervenção explícita da política de restauração capitalista anterior.

### **3 AS CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA DE ESTABILIZAÇÃO DOS EUA SOBRE O EX-BLOCO DO SOCIALISMO REAL**

Mesmo durante a vigência dos trinta gloriosos tem início um Sistema Monetário internacional privado sediado em Londres. O surgimento deste Sistema monetário era a sinalização das contradições da modalidade desenvolvimento baseado na fase áurea do keynesianismo. Esta gigantesca pletora mundial de capital (GOMES, 2005) ao se expandir, com suas características peculiares, teve impacto não apenas sobre empresas e Estados (especialmente os subdesenvolvidos), mas também sobre os países do antigo bloco soviético. Com a crise nos países capitalistas, no início dos anos 70, tem início uma aproximação com países desse bloco, que também estavam em crise. Esse fato ajudou na expansão desse Sistema Monetário Internacional privado, tendo em vista que países necessitavam de crédito externo para tentar conter a estagnação econômica e social. Esses empréstimos visavam a créditos comerciais e empréstimos de médio e longo prazo para financiar programas de industrialização dentro deste bloco. O resultado imediato foi a expansão do volume de comércio do Ocidente com aquele bloco, que cresceu de US\$ 20 bilhões, em 1979,

para mais de US\$ 130 bilhões, em 1981, sendo financiado pelo euromercado de moedas e realizado principalmente com a Europa (Alemanha, França e Itália). (MOFFITT, 1984, p. 105).

A dívida líquida desse bloco, por sua vez, cresceu de US\$ 7 bilhões, em 1970, para US\$ 67 bilhões, em 1981. Esse deslocamento de capital inativo privado para esse bloco facilitou a tarefa de superação do caráter de capital inativo em capital produtivo ou estatal, sendo que esses Estados assumiram a totalidade da remuneração do capital portador de juros. O padrão adotado no processo de industrialização dos países do antigo bloco soviético, naquele momento, era obsoleto e importado do Ocidente, e acabou por depender da importação crescente de insumos, pois se tratava de fábricas prontas que não eram mais competitivas dentro do padrão capitalista de produção dos países desenvolvidos. A exportação dessas máquinas já amortizadas para aqueles países era um grande negócio para os capitalistas, pois, com o dinheiro obtido, poderiam financiar novos equipamentos. O mais grave é que os países desse bloco abandonaram a agricultura. (DELAMAIDE, 1984).

Segundo Gomes (2005) com a crise da dívida, a redução das importações quase paralisou a produção industrial polonesa. A ex - URSS, mesmo sendo considerada “comunista”, detinha nesse mercado uma credibilidade de primeira classe, devida às garantias que oferecia para que todos os empréstimos do bloco fossem pagos. Esse fenômeno ficou conhecido como a “teoria do guarda-chuva” e consistia no fato de a ex-URSS se responsabilizar pelos empréstimos dos países desse bloco. Para o Euromercado de moedas encontrar um grande tomador de empréstimos, com garantias estatais desta magnitude, significou um grande mercado e grandes lucros fora do bloco capitalista.

A antiga URSS e os demais países desse bloco necessitavam ter dólares para suas aquisições no mercado mundial, tendo em vista que suas moedas não eram convertíveis. Se durante a Revolução Russa, todos os bancos e propriedades privadas foram expropriados na fase de sua decadência, ela volta a se envolver e depender dos banqueiros capitalistas. Logo após a elevação da taxa de juros básica dos EUA, no início dos anos 80, considerando que estes empréstimos foram feitos com taxas de juros flutuantes, estes países sofreram o impacto direto da política de estabilização dos EUA. Tal

processo acelerou a decomposição do chamado socialismo real, tendo em vista que estavam enormemente endividados e submetidos à oligarquia financeira internacional e aos rumos da política monetária dos EUA. Se a queda do muro de Berlim em 1989 e a dissolução da Ex - URSS, em 1991, serviram para propagar a ideia de que o capitalismo teria tido sua vitória final, a crise de 2008 e a intervenção do Estado na salvação dos grandes empreendimentos capitalistas servem de referência para revelar que o que seria uma saída para a crise capitalista não funcionou e que tornou ainda mais amplificada as contradições capitalistas como o patamar de endividamento público.

Em 1991, tivemos uma profunda recessão nos EUA e ao mesmo tempo a dissolução da Ex- URSS. Todavia, esse processo foi transformado pela mídia mundial como a grande vitória do capitalismo. Até mesmo a brutal valorização das bolsas foi colocada como evidência dessa superioridade capitalista e sua nova fase de expansão. No entanto, o que tínhamos era o aprofundamento da crise de superprodução que acabou por impulsionar uma nova investida imperialista sobre os países subdesenvolvidos através da introdução do chamado neoliberalismo via a introdução de uma modalidade de estabilização monetária com base na âncora cambial que pressupunha a abertura econômica, a desregulamentação financeira, as privatizações, reforma do Estado e a retirada de direitos sociais.

O neoliberalismo surgido na Inglaterra, que em seguida se instala nos EUA no início dos anos 80, chega também aos países subdesenvolvidos e no antigo bloco do socialismo real no início dos anos 90. Tal investida imperialista teve como fio condutor as entidades multilaterais como Banco Mundial e FMI que impulsionaram mudanças nas políticas públicas desses países, que passavam por uma crise econômica na década de 80, resultando num processo de expansão inflacionária e desvalorização de suas respectivas moedas. A exaustão desse modelo começa em 1995 com a crise mexicana, a crise asiática em 1997, a crise russa em 1998. Dessa forma as contradições capitalistas mostram seus efeitos na chamada periferia. Ou seja, a tentativa de saída da crise chamada de neoliberalismo dá seus sinais de esgotamento.

Já nos anos 80, quando se aprofunda a crise capitalista expressa na recessão de 1980 – 81, na moratória mexicana e argentina e crise de crédito, tivemos uma expansão da especulação

nas bolsas de valores nos EUA, em especial. Desde julho de 1982, as ações se valorizam crescentemente sem ser acompanhado pelo crescimento real dos lucros. Shiller (2000), ao investigar a grande expansão da valorização dos mercados de ações dos EUA constatou que no início de 1994 o índice *dow jones* estava em 3.600 pontos. Já em 1999 chegou a 11.000 pontos, culminando em 2000 a 11.700 pontos. Enquanto isso, no mesmo período o crescimento do PIB dos EUA cresceu 15% e os lucros das empresas se expandiram em 60%.

A política econômica dos rentistas (GOMES, 2005) foi o resultado histórico da política de salvação capitalista desde os anos 30. Se a política dos juros baixos foi a prática durante os anos de expansão do pós guerra a política dos juros altos foi a tônica desde os anos 80. Se parte crescente da dívida pública foi contraída a serviço da acumulação privada, assegurando o lucro dos capitalistas, no momento que o Estado necessitou de rolar sua enorme dívida pública, foi a esses mesmos agentes privados que recorreu oferecendo juros cada vez mais elevados.

O crescente parasitismo na economia mundial, recente, resulta da tendência à queda da taxa de lucro desde o final dos anos 1960, especialmente nos Estados Unidos, somada à impossibilidade de realização da totalidade da mais-valia, bem como da dificuldade de reinvestir parte da mais-valia realizada dentro das economias desenvolvidas. A expansão do euromercado de moedas expressou tal contradição, embora, ao fornecer volumes crescentes de crédito, tenha servido para amenizá-la temporariamente. Todavia, as moratórias mexicana e argentina em 1982 e a crise de crédito dos anos 1980 revelaram seu colapso. O Plano Brady, em 1989, e a rolagem da dívida externa, que procurava resolver o impasse, foram condição fundamental para a introdução da âncora cambial no início dos anos 1990 e acabaram por impulsionar uma nova fase de endividamento público. Nessa direção, parte do capital de origem produtiva migrou para a aquisição dos títulos públicos, que passaram a oferecer juros reais mais elevados.

A restauração da propriedade privada ocorrida na Ex-URSS não só retirou direitos sociais existentes como o Estado se afastou das funções sociais. O processo de privatização das empresas estatais serviu mais para o surgimento de novos bilionários mafiosos que atuam na europa, lavando

dinheiro, do que dar base a uma etapa de industrialização. Este país, ao contrário, no curto espaço de tempo da restauração da propriedade privada se tornou um grande centro de especulação em bolsa e títulos públicos, que culminou na moratória Russa em 1998. No dia 17 de agosto de 1998, quando explodiu a crise Russa, o governo russo desvalorizou o rublo e decretou moratória dos seus compromissos externos e internos. Tal fato abalou as estruturas do capitalismo mundial gerando perdas nas bolsas mundiais. No ano de 1998 o PIB Russo encolheu 4,9% e a inflação atingiu 84%.

#### **4 ENTRE MARX E KEYNES**

Entre Marx (1987) e Keynes (1983) temos um elemento fundamental que é a teoria do valor trabalho que os diferencia não só na determinação da natureza da riqueza, na era capitalista, quanto no destino desta riqueza (enriquecimento privado). Ela é fundamental na determinação da Lei Geral da Acumulação capitalista que aponta as contradições fundamentais do modo de produção capitalista. Nela é possível perceber a formação de dois polos principais: a riqueza (capital concentrado, elevada composição orgânica, crescente volume de capital ocioso) e pobreza (elevação da superpopulação relativa, redução da participação do trabalho na renda e aumento do lupemproletariado). Em outras palavras, capital ocioso seguido de trabalho ocioso. Já neste momento estava evidente a impossibilidade de realização da totalidade da mais-valia extraída, bem como o seu reinvestimento produtivo. Portanto para entender a crise capitalista é necessário a teoria do valor, já que está se apresenta como queda da taxa de investimento motivada pela queda da taxa média de lucro. A crise capitalista é o resultado do descompasso entre a capacidade de acumular e a capacidade de se extrair volume crescente de mais-valia. Não se pode repartir mais-valia num volume maior do que foi extraído no processo de produção.

Para Keynes (1983) a crise capitalista seria resolvida a partir do aumento do consumo tendo como base o aumento dos gastos públicos. Ou seja, o Estado era obrigado a recorrer ao aumento da dívida pública para restabelecer as condições da reprodução capitalista. Caberia ao Estado encomendar grandes obras (estradas, pontes, geração e transmissão de energia, habitação), bem como investimentos em saúde, educação e

segurança). Elevar os gastos públicos como forma de restabelecer a demanda efetiva foi a resposta de Keynes à depressão de 30. A fase de expansão dos trinta gloriosos, em parte, se deve à guerra fria e corrida armamentista e espacial. Keynes (1983) destacava o papel do investidor e, por sua vez da propriedade privada e da livre iniciativa como fundamental para a sua concepção de sociedade. Em outras palavras, era crítico do pensamento liberal, mas não da sociedade capitalista.

Segundo Pedrosa (1965, p. 71) a aproximação da Guerra transformou o *New Deal* de Roosevelt, sobretudo de natureza social interna, em *War Deal*, ou novo trato do Estado dos EUA com os capitais privados em favor das mobilizações e da condução da guerra. “Mas desta vez sem recurso a capitais privados próprios, e sim do Estado”. Os gastos militares e a estatização de grande parte daquela economia impulsionaram o crescimento em 105% em apenas seis anos do seu PIB. Essa modalidade de intervenção não só eliminou os efeitos da grande depressão como criou as bases para a hegemonia daquele país e de sua moeda no pós segunda guerra. O restabelecimento do processo de acumulação mundial no pós guerra contribuiu, também, para a proclamação do Keynesianismo como determinante daquela expansão. Criava-se a ideia que Keynes era a saída permanente. Da mesma forma, todos viraram keynesianos, todos viraram anti keynesianos nos anos 80.

Com isso, a ideia da superação positiva do capitalismo foi se transformado na proposta de colaboração de classes implementada pela Social Democracia, nos países centrais. Não se questionava mais a propriedade privada, mas participação na produtividade do trabalho. Todavia, mesmo quando ainda vigorava os trinta gloriosos, nascia um Sistema Monetário Internacional privado sediado em Londres, que desde 1958, quando se afirmava a reconstrução européia, foi o embrião de uma grande pletera mundial de capital. (GOMES, 2005).

Os limites da política keynesiana derivam da tendência à queda da taxa de lucro, da impossibilidade de realizar a totalidade da mais-valia, da dificuldade de reinvestir toda a mais-valia. Em outras palavras, acumulação de capital para se manter precisa que a taxa de lucro esteja em alta, que a mais-valia seja realizada e que a mais-valia seja reinvestida. Sendo assim, o reinvestimento produtivo pressupõe a intervenção do Estado que supera negativamente o caráter parasitário da propriedade privada.

Este processo pode ser percebido com clareza no caso brasileiro através do crédito estatal via o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Os agentes privados não reinvestindo a totalidade da mais valia extraída destinam uma parte para aquisição de títulos públicos por aproximadamente 12% ao ano. Do outro lado, estas empresas tomam dinheiro emprestado junto ao BNDES a 6% ao ano. Tal processo representa um subsídio anual de R\$ 20 bilhões aos grandes capitalistas, o que corresponde o orçamento anual da União destinado às Universidades Federais. Além disso, temos os incentivos fiscais que acabam por atrair empresas nacionais e internacionais dentro da chamada guerra fiscal. Vale destacar que parte destes recursos subsidiados serve para a formação de grandes empresas monopolistas, especialmente aquelas que tiveram grandes perdas no mercado de derivativos durante a crise de 2008, com a justificativa de estimular a formação de multinacionais brasileiras para disputar o mercado mundial.

Operações recentes com o apoio deste banco criaram gigantes como JBS - Friboi e Brasil Foods, no setor de alimentos, e Fibria, no de celulose. A Hypermarchas é chamada de a multinacional caipira. A empresa denominada de Brasil Foods, nasceu com uma dívida líquida de R\$ 10,4 bilhões. As operações com derivativos cambiais levaram a Sadia a registrar em 2008 o primeiro prejuízo anual de seus 64 anos de história. No ano, as perdas líquidas chegaram a R\$ 2,5 bilhões. Isto revela que a separação entre o capital chamado de industrial e especulativo é muito tênue, já que empresas tipicamente industriais especulavam amplamente.

Este movimento deve-se ao fato de que, no primeiro momento, o Estado supera negativamente o elevado parasitismo privado (XAVIER, 1995), recriando as condições do investimento privado. Todavia, no momento seguinte a reconversão da mais-valia não se efetiva, amplificando ainda mais o montante de capital inativo que busca remuneração rentista, pois, quanto mais reconverte capital inativo em produtivo, mais capital inativo será gerado em seguida, já que a iniciativa privada não reconverte sua riqueza por sua conta e risco. (XAVIER, 1995). O não reinvestimento produtivo da riqueza privada agrava ainda mais as contradições do capitalismo.

O argumento que a saída keynesiana é uma pseudo saída para a crise, colocado por

Campos (1980), Pedrosa (1965) e Mattick (1975), se confirma a cada etapa da crise, pois não só amplifica a sua dimensão, como a dimensão da dívida pública. Por esse motivo é necessário se construir uma alternativa fora dos limites capitalistas, já que as experiências de alternativas dentro desse horizonte capitalista expressos nas frentes populares não só representaram um grande fracasso no atendimento das demandas da classe trabalhadora, como aceleraram o processo de cooptação de militantes e entidades que representavam os trabalhadores, amplificando a colaboração de classe. Não se trata apenas das limitações impostas pela ideologia keynesiana, mas das limitações do Estado capitalista de estabelecer condições em que a propriedade privada e acumulação de capital construam as bases fundamentais de sua sustentabilidade. Esse limite foi colocado historicamente quando o *New Deal* se esgotou como instrumento de contenção da depressão dos anos 30.

Na busca do entendimento da natureza da política keynesiana Mattick (1975) demonstrou seu caráter essencialmente liberal, alertando sobre as limitações dessa teoria, especialmente para os trabalhadores. Naquele momento, o autor criticou o forte papel das ideias keynesianas na concepção da esquerda europeia, construção a partir da teoria de Marx e Keynes, sendo que, com o passar do tempo, o pensamento keynesiano se impôs, quando se abandonou a teoria do valor trabalho, determinante da origem do excedente capitalista. Tal iniciativa tentou encobrir o caráter de classe que determina a geração e a distribuição da mais-valia resultante do processo de exploração da força de trabalho, visando a legitimar a propriedade privada.<sup>3</sup>

Ao chegar ao governo, essa “esquerda” acabou incorporando a política econômica dos rentistas (GOMES, 2005) preparando o orçamento dos vários governos para dar condições para o pagamento da dívida pública e deslocando despesas do Estado dos chamados gastos sociais para tal finalidade, ao mesmo tempo em que acelerava a privatização dos serviços públicos. Assim, a social-democracia incorporou o elemento essencial da ortodoxia do Banco Mundial e do FMI: a busca do equilíbrio fiscal como condição para a retomada do desenvolvimento

Para Mattick (1975 apud GOMES, 2005), o pressuposto keynesiano de que o crescimento dos gastos públicos implicaria a elevação dos

investimentos e do emprego (que, por sua vez, restabeleceria a demanda efetiva, permitindo a reprodução do capital a depender dos próprios capitalistas) é falacioso, pois a elevação do déficit público como alavanca do desenvolvimento capitalista produz a elevação da dívida pública, que, no momento seguinte, impulsiona a taxa de juros, atraindo parte da riqueza privada para a atividade rentista, ou seja, a política keynesiana é o embrião para uma nova fase de rentismo.

O êxito temporário das políticas keynesianas deu origem à convicção de que finalmente se tinha encontrado um caminho para enfrentar, de forma efetiva, as contradições capitalistas e, por sua vez, dissolver as possibilidades revolucionárias. Todavia, tratava-se de uma pseudo – solução. (MATTICK, 1975, p. 325). Com isso, o déficit público, que foi o ponto de partida da expansão, converteu-se em seguida em novo impedimento do investimento privado, já que a necessidade de rolar esta dívida acabou pressionando a taxa de juros, juntamente com a queda da taxa de lucro. Assim, a intervenção estatal, que no primeiro momento abriu caminho para restabelecer o investimento privado produtivamente, em seguida acabou por impulsionar as aplicações rentistas com a crescente elevação da taxa de juros. Tal iniciativa, longe de responder efetivamente às crises capitalistas, tornou-a ainda mais amplificada, especialmente nos anos 1980 e 1990, quando elevou brutalmente a taxa de juros nos países subdesenvolvidos.

A crise que se seguiu a partir dos anos 1970 revelou o grande fracasso das políticas keynesianas nos Estados Unidos, tanto pela ocorrência das recessões de 1974-1976 e 1980 – 1981, quanto pela aceleração da crise fiscal e financeira do Estado capitalista. O retorno da recessão em 1991 e em 2001 e a crise nas bolsas mundiais de 2000 a 2002 revelam que aquela crise não foi contornada, mas sim amplificada. A confirmação das observações de Mattick (1975 apud GOMES, 2005) veio com a introdução da política econômica de Reagan, que elevou a taxa de juros nos anos 1980, nos Estados Unidos, e com a introdução do Plano Real no Brasil, nos anos 1990, que aprofundaram o endividamento público. Desde então, a política econômica implementada não foi suficiente para a retomada do crescimento econômico. O efeito multiplicador acabou agindo mais sobre a dívida pública, pois, quanto mais se pagou juro dessa dívida, mais ela se elevou. Em outras palavras, o crescente

endividamento público dos Estados capitalistas nega a existência do efeito multiplicador do gasto governamental inicial do Estado como ativador dos investimentos privados e do crescimento das receitas desse Estado.

Entre Marx (1987) e Keynes (1983) estão duas propostas distintas quanto ao destino do capitalismo. O primeiro propunha uma superação positiva deste sistema com a eliminação da propriedade privada (a expropriação dos expropriadores), enquanto o segundo propôs a superação negativa da propriedade privada com o Estado assumindo crescentes funções produtivas e recuperando as condições de rentabilidade e restabelecendo o processo de acumulação. Segundo Campos (1980, p. 29), na economia keynesiana a estabilização baseia-se no desenvolvimento dos setores improdutivos e destrutivos da estrutura de produção e da ocupação. A superação efetiva da depressão dos anos 1930 só ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos cresceram 105% em seis anos, tendo nos gastos estatais e despesas militares seus fundamentos principais. (GOMES, 2005).

Nos chamados “trinta gloriosos”, a expansão manifestou-se nos países industrializados, tendo como base os crescentes gastos estatais com a Guerra Fria e a manutenção do Estado de bem-estar social, que manteve o nível de emprego e ampliou o poder de compra por meio de salários indiretos. Nos países subdesenvolvidos, no entanto, com o processo de industrialização tardia, manteve-se a concentração de renda. No início dos anos 1970 teve início uma nova crise capitalista, cujo eixo foi a queda da taxa de lucro e a crise fiscal e financeira do Estado capitalista, com a expansão de um sistema monetário internacional privado, expressando uma nova etapa desse parasitismo. Até então, as políticas keynesianas eram quase verdade universal, independentemente da corrente política burguesa. É importante lembrar que durante a fase de expansão capitalista conhecida por “trinta gloriosos” e a manutenção dos gastos militares, devido a Guerra Fria e da corrida espacial, tivemos a constituição de uma capacidade destruição de 34 vezes do planeta com armas nucleares. Mesmo que o presidente dos EUA, Barak Obama, tenha feito um novo acordo nuclear, ainda restam a capacidade de destruição de 17 vezes, a humanidade continua sendo ameaçada.

## 5 OS IMPACTOS DA CRISE DE 2008

A crise capitalista mundial de 2008 e suas gigantescas perdas nas bolsas de valores foram acompanhadas por uma intervenção conjunta dos Estados capitalistas que se aproximou dos US\$ 14 trilhões. O resultado disso se manifesta numa ainda maior etapa de endividamento público. O Banco Central dos Estados Unidos passou a ser o grande comprador dos títulos públicos daquele país. O Banco Central dos EUA - FED cortou as taxas de juros para quase zero, em dezembro de 2008 e já comprou cerca de US\$ 2,3 trilhões em dívida do governo dos EUA e bônus atrelados a hipotecas sem, contudo, contornar os efeitos da crise.

Segundo Nakatani e Herrera (2010, p. 1) a destruição de capital fictício foi brutal. Durante o ano de 2008, a capitalização total das bolsas mundiais caiu de 48,3 para 26,1 bilhões de dólares.

Entre primeiro de janeiro e 31 de dezembro de 2008, os principais índices da Bolsa de Nova Iorque, o Dow Jones Indus, o S&P 500 e o Nasdaq, caíram -33,8%, -39,8% e -40,5%, respectivamente. O índice Nikkei de Tóquio sofreu uma queda semelhante de -42,1%, assim como o ASX 200 de Sydney (-44,1%). Na zona do Euro, a degradingolada foi mais dura em algumas bolsas: -40,8% em Frankfurt (DAX 30), -42,7% em Paris (CAC 40), -48,4% em Milão (MIB 30), -52,3% em Amsterdam (AEX 25), -53,8% em Bruxelas (BEL 20), por seu lado o Euro Stoxx 50 perdeu -44,3%. Em outras áreas da Europa a tendência foi a mesma: -31,3% em Londres (FTSE 100), -34,8% para o Zurique SMI (Suíça) até -52,8% para o Oslo AS (Noruega). Na periferia europeia, foi até mesmo pior: -52% em Telaviv (TA 100), -52,5% em Istambul (ISE Nat. 100). A pior queda foi em Moscou (RST), uma queda de 72,7%. Na Ásia “emergente”, as quedas foram de -45,4% para o índice TSE em Taipei, -48,6% para o STI em Cingapura, -51,9% para o SENSEX em Bombaim. Na China as quedas foram mais graves: -61,9% para Shenzhen beta e -65,4% para o SSE de Xangai. Nas outras bolsas do Sul, salvo algumas exceções como a Bovespa-BMF (-42,2%), as quedas foram bem menores, -24,5% no México (MXSE IPC), -24,0% em Santiago do Chile (IGPA) ou -28,0% em



Joanesburgo (FTSE JSE). De janeiro a março de 2009, a evolução dos índices bursáteis ainda estavam fortemente negativos na maior parte dos mercados acionários, -15,9% para o CAC 40, -16,3% para o DJIndus, -19,7% para o Euro Stoxx 50. (NAKATANI; HERRERA, 2010, p. 1).

A crise capitalista explicitada em 2008 revelou a cortina de fumaça do chamado modelo neoliberal, enquanto somas gigantescas foram destinadas pelos principais bancos centrais para tentar conter seus efeitos. Se durante muito tempo foi divulgado que os estados nacionais não tinham dinheiro para bancar as ditas funções sociais, de repente lançam mão de recursos públicos especialmente para salvar os bancos e os demais rentistas, enquanto do outro lado continuaram pagando os juros da dívida pública. A crise e seus efeitos criaram um gigantesco endividamento para os contribuintes. Assim, o neoliberalismo entra em crise, mas o que temos é o aprofundamento ainda maior das políticas neoliberais.

O elevado endividamento estadunidense levou a agência de classificação de risco Standard and Poor's rebaixar a nota da dívida americana de longo prazo, que tinha a nota mínima, AAA, para AA+. Foi a primeira vez na história que esta agência classificou a dívida dos Estados Unidos abaixo do nível máximo.<sup>4</sup>

Todavia, os efeitos deste possível rebaixamento são menores considerando que os EUA dispõem de uma liquidez financeira externa gigantesca em função do dólar ser uma moeda de referência mundial, o que permite que aquele país seja o único a poder pagar sua dívida emitindo sua própria moeda. O Japão vive sua pior crise desde o final da Segunda Guerra Mundial e tem seu crescimento cortado pela metade. Os dados são da OCDE que rebaixou a perspectiva de expansão do PIB da terceira maior economia do mundo e alertou que o Japão já é o país mais endividado do planeta, com uma dívida equivalente a 200% de seu PIB.

Os países da zona Euro passam por grandes dificuldades não só pelo quadro delicado no curto prazo, especialmente da Grécia, seguida por Portugal e Espanha, mas principalmente pelo próprio risco que o Euro tem de continuar existindo como moeda única. A Grécia deve US\$ 206 bilhões aos bancos. Desse total, US\$ 162 bilhões são obrigações com instituições europeias, principalmente da França (US\$ 65 bilhões) e da Alemanha (US\$ 40 bilhões). A

exposição dos Estados Unidos é de US\$ 41 bilhões. Enquanto isso, o endividamento da Grécia já atingiu quase 150% do PIB. Evidentemente que o risco de moratória da Grécia não é um problema apenas europeu e do Euro, mas que poderá abalar todo o sistema financeiro internacional com repercussões em toda a economia mundial.

## 6 CONCLUSÃO

Passamos mais de duas décadas sob fogo cruzado do capital, na chamada fase neoliberal, onde os ataques aos direitos sociais se amplificaram, enquanto o Estado capitalista priorizou os gastos com o serviço da dívida pública. Neste momento, os serviços públicos foram em grande parte privatizados, na maioria dos países. Todas as ações propostas pelo Banco Mundial e FMI foram implementadas e não evitaram a ocorrência da crise capitalista mundial de 2008. Ao contrário, a dimensão da crise foi ampliada e seus efeitos ainda mais devastadores para os cofres públicos, com uma nova gigantesca etapa de endividamento público. A cada etapa da crise capitalista o que temos é o Estado, que devido à política keynesiana, está cada vez mais endividado e mais dependente dos agentes privados para a rolagem de suas dívidas. Não se trata apenas da crise política keynesiana, mas do agente estatal que lhe dá a vida.

O fato mais surpreendente é que parte desta dívida passa a ser rolada não pelos agentes privados convencionais, mas pelos fundos de Pensão que se expandiram com o processo de privatização das previdências públicas, componente central da Reforma do Estado, na fase neoliberal. No momento atual, uma moratória da dívida pública, próxima de acontecer em países europeus, não atingirá apenas os banqueiros, mas especialmente a setores dos trabalhadores que apoiaram a reforma de previdência e apostaram na previdência privada. A intervenção do Estado para resguardar os interesses da burguesia na preservação das ações das empresas se amplia também aos fundos de Pensão.

O papel do Estado no desenvolvimento do capitalista foi decisivo não só na fase da acumulação primitiva, como acumulação de capital propriamente, especialmente na fase monopolista. Essa intervenção foi decisiva na fase de expansão, tornou-se indispensável nas conquistas de novos espaços na fase

imperialista. Todavia, nos momentos de crise torna-se ainda forte esta intervenção. Não cabe ao Estado burgues apenas a defesa jurídica da propriedade privada, mas recriar as condições da reprodução capitalista.

Em todas as fases de intervenção do Estado o resultado foi o alargamento da dívida pública. A crise objetiva do capitalismo não foi acompanhada por uma crise subjetiva. No desgaste dos governos neoliberais tivemos acesso ao poder de governos de frentes populares que, chegando lá, aceleram ainda mais as reformas e privatizações. Torna-se necessário quebrar este círculo vicioso que se estabeleceu onde neoliberais e antineoliberais implementaram a mesma política. Temos que ter uma política anticapitalista efetiva. Nesta direção é importante entender que as demandas da classe trabalhadora só poderão ser atendidas fora dos limites do capitalismo.

A crise atual e a brutal intervenção estatal de resgate aos bancos e grandes grupos monopolistas foi acompanhada por uma queda brusca da taxa básica de juros nos EUA, Japão, Inglaterra e União Europeia, sem que tal fato tenha tido repercussões na ativação da atividade econômica nos países que representam mais de 70% do PIB mundial. Ao contrário, os gastos estatais feitos por estados capitalistas para conter a crise foram muito maiores que na época da crise de 1929 e a Depressão dos anos 30. Seus efeitos na recuperação da atividade econômica foram pequenos. Enquanto os bancos foram salvos temporariamente com dinheiro público dois milhões de americanos deverão perder suas casas. Parte deste fenômeno se explica pelo elevado montante de capital fictício existente na crise de 2008 e pelo reduzido volume de recursos estatais destinado à geração de emprego e benefícios sociais como ampliação dos direitos sociais.

O Estado capitalista, na sua crise fiscal e financeira atual, está bancando o ônus dos déficits acumulados desde os anos 30, dos trinta gloriosos, dos gastos com o Estado de Bem-Estar e com a Guerra Fria e, principalmente, com os custos provenientes do caráter financeiro assumido depois dos anos 80, como efeito dos juros altos praticados pela política econômica de Reagan. O Estado se voltou para tentar resolver a crise capitalista iniciada nos anos 70 e, ao contrário de resolvê-la, fê-la ressurgir cada vez mais amplificada, sendo que os Estados subdesenvolvidos ficaram ainda mais endividados. Da mesma forma, o entendimento

do Estado como um instrumento de classe é fundamental para a compreensão dos rumos da política econômica. O neoliberalismo foi a forma de se encontrar uma saída para a crise que fracassou, porém ainda não se tem uma alternativa dos trabalhadores. A restauração capitalista nos países do antigo bloco socialista não assegurou direitos sociais e mesmo o próprio desenvolvimento capitalista.

Se na saída da depressão dos anos 30 tivemos a regulamentação financeira, a ampliação dos direitos sociais, o que temos hoje é um novo estágio de ataques aos serviços públicos e os demais direitos sociais como forma de reduzir os gastos públicos com finalidades sociais para aumentar os repasses de recursos para os gastos com o serviço da dívida pública. Na Grécia os salários dos servidores estão sendo reduzidos, pretende-se demitir 140 mil servidores, nova reforma da previdência e privatizações de empresas estatais. Ou seja, na crise do neoliberalismo pretende-se implementar mais neoliberalismo. Este mesmo movimento está ocorrendo também no Brasil, onde se pretende implementar o conjunto das reformas iniciadas por Bresser Pereira, nos anos 90, que culmina com o Projeto de Lei 549 que congela salários até 2019 e O Projeto de Lei 1992/1997 que tenta introduzir um fundo de Pensão para os servidores públicos.

Na busca de uma alternativa efetiva para a classe trabalhadora, a independência de classe é um ponto de partida fundamental na organização, seja do partido político ou do sindicato. Nesta mesma direção a luta dos trabalhadores deve ter como referência o internacionalismo operário. Visando a mobilização dos trabalhadores, devemos construir um programa que sirva efetivamente para a transição. Ou seja, elaborar um programa de luta que incorpore todos os direitos retirados na fase neoliberal e ampliar a pauta de reivindicação que sirva para mostrar os limites do Estado capitalista no atendimento das demandas da classe trabalhadora. Dentro disto torna-se essencial romper com o pagamento da dívida pública e montar um grande movimento internacional pelo não pagamento da dívida pública e pagamento da dívida social. Lutar pelo socialismo se faz também na crítica ao modelo de socialismo baseado no estalinismo.

É de fundamental importância destacar que essa crise se dá quando o toyotismo, nova modalidade de controle patronal estava em vigor, respaldado pelo surgimento e generalização de

um padrão tecnológico que parecia não impor limites às forças produtivas, combinando máquinas e técnicas ultramodernas com relações de trabalho das mais atrasadas, baseado no aumento da jornada de trabalho e ampla desregulamentação dos direitos. Tudo isso foi colocado à disposição da acumulação de capital e o resultado foi uma maior ainda amplificação das contradições da produção capitalista (a superprodução) e uma nova amplificação da crise fiscal e financeira do Estado capitalista. Quanto mais se desenvolve a acumulação de capital, mais se acirra suas contradições e mais caro e ineficaz tem ficado a intervenção do Estado.

Do ponto de vista da classe trabalhadora a restauração capitalista, apesar de significar de imediato uma possibilidade de poder vender sua força de trabalho, tende a dar continuidade ao seu processo de exploração. Por outro lado, o aumento do endividamento público como resultado da intervenção deficitária do Estado vai significar que terá no futuro menor disponibilidade de serviços públicos e direitos sociais. Ou seja, a alternativa da restauração não é alternativa efetiva para os trabalhadores.

#### REFERÊNCIAS

CAMPOS, Lauro. **A crise completa:** a economia política do não. São Paulo: Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. **A crise da ideologia keynesiana.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.

DELAMAIDE, Darrell. **O choque da dívida:** a história completa da crise mundial do crédito. Rio de Janeiro: Record, 1984.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GOMES, José M. **Acumulação de capital e plano de estabilização:** um estudo a partir da experiência de âncora cambial na América Latina nos anos 90. 2005. 318 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GUERRERO, Diego. **Trabajo improductivo, crecimiento y tercerización:** 30 años después de Marx y Keynes. Madri, 2002. Disponível em: <<http://pc1406.cps.ucm.es/>>. Acesso em: 21 jul. 2002.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza dos EUA:** nós o povo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ISRAEL, Fred. **Franklin Roosevelt:** os grandes líderes. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

KEYNES, John M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Difel, 1987. Livro 3, v. 4-5.

MATTICK, Paul. **Marx y Keynes:** los limites de la economía mixta. México: Era, 1975.

MOFFITT, Michel. **O dinheiro do mundo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

NAKATANI, Paulo; HERRERA, Rémy. Crise financeira ou... de superprodução? In: MATTOS, Leonardo Bornacki de; TEIXEIRA, Erly Cardoso; SILVA José Maria Alves da (Org.). **A crise global e economia brasileira.** Viçosa: Suprema, 2010. p. 93-114. Disponível em: <[http://resistir.info/crise/crise\\_remy\\_paulo.html#notas\\_1\\_5h](http://resistir.info/crise/crise_remy_paulo.html#notas_1_5h)>. Acesso em: 12 jan. 2011.

PEDROSA, Mário. **A opção imperialista.** Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1965.

PERLO, Victor. **O império da alta finança:** gênese do capitalismo monopolista de Estado nos EUA. Lisboa: Estampa, 1976.

SHILLER, Robert. **A exuberância irracional.** São Paulo: Ed. Makron Books, 2000.

XAVIER, Jurandir. **A industrialização subdesenvolvida:** capital, classe e Estado na industrialização brasileira. João Pessoa: Ed. UFPB, 1995.

#### NOTAS

<sup>1</sup> Segundo Dobb (1983), a produção de manufaturas em 1932 retornara ao nível de 1913 e, mesmo em 1937, chegara a nível semelhante ao máximo de 1929.

<sup>2</sup> Segundo Campos (2001), devido à ausência de infraestrutura nos países subdesenvolvidos não foi possível exportar esse excedente.

<sup>3</sup> A esquerda europeia está construída a partir das tradições marxistas e keynesianas, sendo que progressivamente o conteúdo keynesiano se sobrepôs ao conteúdo marxista, quando ficou difícil distinguir as ideais de um marxista e de tipo keynesiano de esquerda ou pós-keynesiano. (GUERRERO, 2002).

<sup>4</sup> FED detem US\$ 5.3 trilhões da dívida pública. Outras empresas americanas, detem US\$ 1.4 trilhões da dívida. Os fundos de Pensão estadunidense e os mutual funds americanos detem mais US\$ 1.4 trilhões da dívida.

#### José Menezes Gomes

Economista  
Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP)  
Professor Associado I da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)  
E-mail: menezesgomes1@gmail.com  
menezesgomes@uol.com.br

#### Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Cidade Universitária, Av. dos portugueses, 1966, Bacanga  
CEP: 65085-580